

Termo de Referência 115/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
115/2025	985725-MES-PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA JETIBÁ	PATRICK LOPES DA SILVA	19/05/2025 12:45 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		2025-301PL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº. 2025-301PL

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. A frota municipal é composta por veículos utilizados em diversas atividades essenciais, tais como, transporte escolar, transporte de profissionais e/ou pacientes que necessitam desse tipo de transporte, assistência social, manutenção urbana e rural, dentre outros.

Considerando que esses veículos estão expostos a riscos constantes de acidentes, furtos, roubos, incêndios dentre outros sinistros, o seguro veicular se mostra uma ferramenta indispensável para mitigar eventuais prejuízos financeiros decorrentes dessas ocorrências. A ausência de cobertura pode acarretar despesas inesperadas com consertos ou reposição dos veículos, comprometendo o orçamento público e a prestação de serviços à comunidade.

Além disso, o seguro veicular proporciona maior agilidade resolução de danos, evitando a paralisação prolongada dos serviços em virtude da indisponibilidade dos veículos sinistrados. Essa medida também contribui para uma gestão pública mais eficiente, promovendo responsabilidade fiscal e previsibilidade orçamentário.

Diante desses fatos e da constatação que outros órgãos públicos também optam por proteger seus veículos, é possível constatar que a contratação de seguro veicular para frota da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá é uma medida essencial para garantir a proteção patrimonial do Município e a continuidade dos serviços públicos prestados à população. Portanto, a contratação de seguro veicular visa não apenas resguardar o patrimônio público, mas também assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população de Santa Maria de Jetibá.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	00100101 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)				

1	PRESTACAO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	SERVIÇO	1	R\$ 57.279,67	R\$ 57.279,67
2	00100100 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)	SERVIÇO	1	R\$ 272.881,06	R\$ 272.881,06
3	00100103 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA GERAL MUNICÍPIO) PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA GERAL MUNICÍPIO)	SERVIÇO	1	R\$ 863.016,83	R\$ 863.016,83
4	00100102 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS (FROTA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)	SERVIÇO	1	R\$ 186.174,02	R\$ 186.174,02

1.3. O prazo de vigência será o suficiente para a finalização do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- a) No caso de ocorrência de sinistro, a Contratada deverá garantir o pagamento da cobertura contratual ao Contratante.
- b) Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a Contratada deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.
- c) No caso de sinistro, será realizada vistoria pelo Contratante em conjunto com a Contratada, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação.

4.3. Natureza do Objeto:

4.3.1. A natureza continuada, justifica-se devido ao risco diário enfrentado nos deslocamentos realizados pelos veículos utilizados por este órgão, não se admitindo solução de continuidade, o que acarretaria alto risco de prejuízos à Municipalidade, pela falta de cobertura de seguro veicular em caso de sinistro.

4.3.2. Tendo em vista que os serviços a serem prestados possuem caráter instrumental e acessório, com intenção de manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que a sua intenção de manter o funcionamento das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, verifica-se que o objeto da aludida contratação trata-se de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.3.3. Dentre as atividades desenvolvidas por esta Prefeitura que estariam comprometidas pela interrupções dos serviços pretendidos destacam-se as ações relacionadas ao transporte de pacientes, de servidores e no atendimento às comunidades da zona rural do Município.

4.3.4. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta e indireta, com menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

4.5. Vigência Inicial do Contrato

4.5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogação, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termo de aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, após a verificação da real necessidade e quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que a instrução contemple : estar formalmente demonstrado que a forma de prestação de serviços tem natureza continuada; relatório que discorda sobre a execução do contrato, com informações essenciais de que os serviços tenham sido prestados regularmente; justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço; comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração; manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.5.2. A vantajosidade econômica para prorrogação do contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o contrato contiver previsões de que os ajustes itens envolvendo insumos e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente defendidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE - Subitem Transportes).

4.5.3. O Contratante deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

4.5.4. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de idoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.5.5 A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Consultoria Jurídica Órgão ou entidade contratante.

4.5.6. As apólices, os certificados de seguro e os endossos terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas, conforme art. 5º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004;

4.5.7. As apólices terão vigência de 12 (doze) meses a contar da data de início da emissão, a qual deverá coincidir com a vigência contratual.

4.6. Início da execução dos serviços:

4.6.1. O início da prestação dos serviços se dará a partir da data da assinatura do contrato.

4.7. Local da prestação de serviços:

4.7.1. O âmbito geográfico dos serviços de seguro veicular a serem contratados deverá compreender sinistros ocorridos em todo território nacional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A apólice do seguro deverá vigorar pelo período de 01 (um) ano. A vigência do contrato deverá ser iniciada com o início de vigência das apólices.

5.1.1. Todos os veículos segurados devem possuir assistência 24 horas por dia e 07 dias da semana, com socorro mecânico e guincho em caso de pane ou colisão e garantir:

5.1.2. Socorro mecânico emergencial no local do acidente; Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado e sem limite de quilometragem;

5.1.3. Transporte dos ocupantes do veículo segurado deverá ser realizado do local do sinistro até a sede do segurado (Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES);

5.1.4. Serviço de chaveiro;

5.1.5. Atendimento em pane seca;

5.2. A assistência durante 24 horas que tem por finalidade o atendimento do veículo segurado e seus ocupantes, em situações de emergência, e será válida em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo;

5.2.1. O aviso de sinistro será realizado por meio do condutor do veículo, através de telefonema à Central da seguradora, em número que deverá constar em cartão, a ser distribuído pela seguradora, sendo um para cada veículo segurado.

5.2.2. O prazo para atendimento ao veículo sinistrado que necessitar de guincho e/ou encontrar-se vulnerável, de modo a expor o patrimônio a outros riscos, como o de arrombamento, será de até 02 (duas) hora, a contar do telefonema do condutor.

5.2.3. O prazo para atendimento ao veículo que necessite de encaminhamento à oficina para reparos será de até 2 (dois) dias úteis.

5.2.4. Os veículos são utilizados para o transporte de autoridades, servidores, alunos, pacientes, entrega de documentos oficiais e munícipes com seu transporte autorizado por órgão competente;

5.2.5. Todos os veículos estão em perfeito estado de funcionamento;

5.2.6. As coberturas serão aquelas informadas abaixo, com as importâncias seguradas (expressas em reais) para os 196 (cento e noventa e seis) veículos relacionados no Anexo deste Termo de Referência.

5.2.6.1. Cobertura – abrangente;

5.2.6.2. Franquia - Obrigatória;

5.2.6.3. Em caso de Sinistro de perda parcial, o valor à franquia deverá ser pago pela PMSMJ, prioritariamente, à Concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a Concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

5.2.6.4. Valor mínimo de danos materiais a terceiros: R\$ 150.000,00;

5.2.6.5. Valor mínimo de danos corporais a terceiros: R\$ 200.000,00;

5.2.6.6. APP morte: R\$ 18.000,00;

- 5.2.6.7. APP invalidez: R\$ 18.000,00;
- 5.2.6.8. DMH (Despesas médicas e hospitalares): R\$ 15.000,00;
- 5.2.6.9. Danos morais: R\$ 20.000,00;
- 5.2.6.10. O Valor do casco para os veículos com cobertura abrangente: 100% FIPE;
- 5.2.6.11. Veículos com cobertura para vidros (total), faróis, lanternas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. Fiscalização Técnica

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8 Fiscalização Administrativa

6.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. Gestor do Contrato

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2. Prazo de pagamento

7.2.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3. Forma de pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4. Antecipação de pagamento

7.4.1 Não haverá antecipação de pagamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **Multa**: calculada na forma do edital ou do contrato, com base no do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste Termo de Referência, no percentual de 0,5% até 15%, na hipótese de cometimento das infrações previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” e até 30% , se cometidas infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.1. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.5os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

9.2 O regime de execução do contrato será **CONTINUADO**.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 9.3.1. Comprovação de experiência: a empresa deve apresentar comprovação de experiência na prestação de serviços em outras localidades.

Habilitação jurídica

Documentos para habilitação:

- Célula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;

- Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada;
- Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício, ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);
- Demonstrativo de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação.

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não tiver expressa no corpo da certidão);
- Declaração Unificada;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.379.351,58 (hum milhão, trezentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela desse TR.

10.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha/Fonte: 637/150000000001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

SECRETARIA DE SAÚDE

20 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA 150000150000

SECRETARIA DE TRANSPORTES

645 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA 1500000000001

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

2025 681 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA 1500000000001

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2025 241 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA 1500000000001

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PATRICK LOPES DA SILVA

Equipe de apoio

SANDERLEIA WRUCK ESPINDULA

Equipe de apoio

CARLOS ALBERTO JARSKE

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - LISTA PARA SEGURO 2025.doc (469.77 KB)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PATRICK LOPES DA SILVA
SUBSECRETARIO
SUBTRAN - SECTTRAN - PMSMJ
assinado em 19/05/2025 13:18:56 -03:00

SANDERLÉIA WRUCK ESPÍNDULA
SECRETARIO
GABSETRA - SECTTRAN - PMSMJ
assinado em 19/05/2025 13:02:39 -03:00

CARLOS ALBERTO JARSKE
SECRETARIO
GABSESA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 19/05/2025 13:17:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/05/2025 13:18:56 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PATRICK LOPES DA SILVA (SUBSECRETARIO - SUBTRAN - SECTTRAN - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-XZ210K>